

COMUNICADO

Nº: 2 Data: 29/07/2019

Caros Colegas,

Como é do conhecimento geral, no passado dia 5, assistimos à aprovação, em sede de votação final e global, do Projeto de Lei que visa a criação da Ordem dos Fisioterapeutas, aguardando promulgação do Sua Excelência Senhor Presidente da República. De imediato, congratulamos os colegas Fisioterapeutas pela sua concretização, vincando publicamente o nosso reconhecimento pelo mérito, empenho, dedicação e esforço de há várias décadas da Associação Portuguesa dos Fisioterapeutas (APFisio).

Apesar de divergirmos sobre o modelo de autorregulação das nossas profissões que melhor serve a sociedade civil, quer a APFisio como o Fórum Tecnologias da Saúde (FTS) partilham um ideal sobre a urgência da autorregulação, como forma de dignificar as profissões que representam e assim garantir a prestação de serviços e cuidados de saúde de qualidade à população.

Como é de vosso conhecimento, em dezembro de 2010 o FTS tomou a decisão de avançar com a formalização de um projeto de criação de uma Ordem Profissional, dando continuidade ao trabalho desenvolvido desde o início da década de 90. Desde então, seguindo o preconizado na legislação relativa às associações públicas profissionais, vulgo Ordens Profissionais, o FTS desenvolveu um conjunto de procedimentos que culminaram nos dias 19 e 20 de outubro de 2017, datas da discussão e votação da proposta de criação da Ordem dos Técnicos de Saúde, o Projeto de Lei 636/XIII, lamentavelmente, rejeitado.

Revivendo a história dos acontecimentos que a todos surpreendeu, fomos informados mais tarde que o projeto que o FTS defendeu, e que resultou da iniciativa parlamentar apresentada pelo Deputado António Sales, do grupo parlamentar do PS, foi brutalmente atraído pela imposição de disciplina de voto, no sentido de chumbar o projeto de lei da nossa Ordem, junto dos deputados do grupo parlamentar do PSD, pelo Presidente do partido à época. Tal impossibilitou que os deputados do PSD votassem em consciência, alguns dos quais, ao longo de vários anos, desenvolveram trabalho com as associações que integram o FTS, manifestando apoio ao modelo de Ordem profissional que defendemos. Bastavam 4 votos desses deputados para que o nosso projeto passasse à discussão e votação em sede de especialidade, à semelhança do que aconteceu com a Ordem dos Fisioterapeutas e a Ordem dos Assistentes Sociais. Os números que nos travaram a continuidade da discussão deste projeto de lei, bem como as iniciativas que foram desenvolvidas horas antes da discussão por parte de agentes externos à Assembleia da República, foram à data bem identificados e sobre os mesmos, o FTS já teve oportunidade de se manifestar.

Recuperar esses momentos de desaire não valoriza a posição marcada pelo FTS junto de todas as entidades envolvidas neste processo desde o rejeição do [Projeto de Lei 636/XIII](#) pelo que entendemos não dar palco a alguns agentes que concretizaram a sua inviabilização, mantendo assim uma atitude coerente, discriminatoriamente positiva, face a todos os potenciais interessados nesta matéria.

O trabalho desenvolvido até hoje não foi nem será menosprezado e/ou excluído, já que imediatamente após a rejeição na Assembleia da República, o FTS continuou a desenvolver todos os contactos possíveis junto dos decisores políticos, pese embora fosse claro que, nestes 2 anos que restavam de legislatura, não seria possível voltar a apresentar a nova proposta quer pelos Grupos Parlamentares como pelo Governo.

Assim, nestes 2 anos mantemos um papel interventivo junto das entidades ministeriais e reguladoras afirmando as nossas profissões e demonstrando uma intervenção séria, madura e preocupada com a qualidade dos serviços e cuidados de saúde prestados.

O objetivo principal do FTS continua a ser a criação da Ordem Profissional. Reiteramos que não desistimos da nossa intenção e, verificando a criação de outras Ordens Profissionais, a nossa determinação sai reforçada. Não iremos desistir, não iremos parar até atingirmos o nosso objetivo. Contudo, durante estes últimos 2 anos de trabalho e compromisso das associações profissionais que integram o FTS, várias vezes fomos confrontados com manifestações de desapoio e contestação que, no limite, contribuem apenas para uma demonstração exaustiva de fragilidade preocupante. Estas críticas parecem fundamentar-se não só pelo desconhecimento do projeto que nos une mas pela incapacidade de uma larga maioria perceber a importância de um instrumento crucial de afirmação das nossas profissões no complexo tecido profissional da saúde – a autorregulação.

Reiteramos que o FTS é composto pela maioria das associações profissionais que representam as profissões das Ciências e Tecnologias da Saúde, as nossas profissões, e com elas, representamos igualmente TODOS os profissionais em causa.

Terminamos este período legislativo com um sentimento de compromisso cumprido, pese embora, os resultados obtidos estejam longe dos desejados. Nesse sentido, com a equipa que se tem mantido sólida e firme, continuaremos a desenvolver todos os esforços até concretizarmos o nosso objetivo.

Aproximam-se momentos intensos de luta dos profissionais pelos direitos laborais que há muito deviam ter sido consagrados. Embora solidários, como sempre estivemos, esse não é um papel que deva ser assumido pelas Associações Profissionais, mas sim pelos Sindicatos. Manteremos a nossa postura de não confundir os papéis. Não contarão connosco para criar ruído. Desejamos todo o sucesso para um futuro consentâneo com a evolução das profissões.

Não se esqueçam nunca que nós, somos mais uns de vós!

#juntossomosmaisfortes e como sempre #seguimosjuntos

As Associações do Fórum Tecnologias da Saúde,

Fátima Duarte (APHO - Associação Portuguesa de Higienistas Orais)

Cristino Matos (APLF - Associação Portuguesa de Licenciados em Farmácia)

Aldina Reis (APOR - Associação Portuguesa de Ortopistas)

Sílvia Silva (APSAi - Associação Portuguesa de Saúde Ambiental)

Melissa Cravo (APtA - Associação Portuguesa de Audiologistas)

Hélia Carona (APTAC - Associação Portuguesa dos Técnicos de Análises Clínicas)

Ricardo Celestino (APTAP - Associação Portuguesa dos Técnicos de Anatomia Patológica)

Nuno Daniel Costa (APTEC – Associação Portuguesa de Cardiopneumologistas)

Ana Tavares (APTF – Associação Portuguesa de Terapeutas da Fala)

Luís Metello (APTMN – Associação Portuguesa de Técnicos de Medicina Nuclear)

Diana Tavares (APTN – Associação Portuguesa de Técnicos de Neurofisiologia)

José Maurício (APTO – Associação Profissional dos Técnicos de Ortoprotesia)

Luís Costa (APTPD – Associação Portuguesa de Técnicos de Prótese Dentária)

Filipe Cidade Moura (ART – Associação Portuguesa de Radioterapeutas)

Altino Cunha (ATARP – Associação Portuguesa dos Técnicos de Radiologia, Radioterapia e Medicina Nuclear)